

# MULHER

INDUSTRIÁRIA

Ano XV - Nº 1 - Novembro/2014



**CNTI**



## **SECRETARIA DA MULHER**

DEZ ANOS DE LUTA EM  
DEFESA DAS INDUSTRIÁRIAS  
DO PLANO DA CNTI

**PÁG. 6**

AVANÇOS E  
DESAFIOS PARA A  
IGUALDADE

**PÁG. 8**

TERCEIRIZAÇÃO E  
TRABALHO FEMININO

**PÁG. 10**

SAÚDE DA MULHER  
**REDE CEGONHA**

2011-2014

**PÁG. 16**

# EXPEDIENTE

## DIRETORIA DA CNTI

### (Mandato 2012 a 2016)

José Calixto Ramos - Presidente

Aprígio Guimarães - Secretário Geral

José Francisco Filho - Secretário de Finanças

José Reginaldo Inácio - Secretário de Educação

Sônia Maria Zerino da Silva - Sec. para Assuntos de Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude

## SECRETÁRIOS REGIONAIS

Ricardo Alvarez Miranda

1ª Secretária da Região Norte

Marivaldo Nazareno Vieira da Silva

2ª Secretária da Região Norte

Raimundo Lopes Júnior

1ª Secretária da Região Nordeste

Pedro Ricardo Filho

2ª Secretária da Região Nordeste

Israel Ferreira de Torres

3ª Secretária da Região Nordeste

Nilton Teles dos Santos

1ª Secretária da Região Sudeste

Ozano Pereira da Silva

2ª Secretária da Região Sudeste

Cláudio de Jesus Ferreira

3ª Secretária da Região Sudeste

Luiz Lopes de Lima

Secretária da Região Centro-Oeste

Nelson Luiz Bonardi

1ª Secretária da Região Sul

Idemar Martini

2ª Secretária da Região Sul

Ênio Klein

3ª Secretária da Região Sul

## CONSELHO FISCAL

Nivaldo Parmejani

Wanilton Reis dos Santos

João Nadir Pires

## REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL E INTERNACIONAL

Abenor Silveira da Silva

Antônio Maltauro Faconi

Claudete Benedita de Azevedo

Eduardo Vasconcellos C. Anunciato

Elias Azevedo Fernandes

Flávio Washington Inácio de Souza

José Maria Soares

Luiz Ary Gin

Maria Deide dos Reis Alves

Raimundo Nonato de Araújo

## DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Sônia Maria Zerino da Silva – Diretora da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude

– CNTI

Sebastião Soares – Jornalista, Filósofo, Educador Social e Consultor Sindical, Diretor Nacional de Formação Sindical da NCST e Coordenador-Geral do Observatório Sindical Brasileiro

Tatau Godinho – Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres – SPM-PR

Jô Moraes - Deputada Federal do PCdoB-MG e coordenadora da Bancada Feminina da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados

Aparecida Gonçalves – Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres SPM-PR

Keliane da Silva Melo – Assessora da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude – CNTI

INDUSTRIÁRIA



CNTI

## Editorar Multimídia

Projeto gráfico, diagramação e revisão

[www.editorarmultimidia.com.br](http://www.editorarmultimidia.com.br)

# EDITORIAL

## Palavra do Presidente

A luta contra a situação de desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras e o combate à discriminação das mulheres devem ser adotadas definitivamente pelo movimento sindical, como políticas fundamentais para a transformação das relações sociais. A participação das mulheres na política e demais espaços de poder, a eliminação da violência de gênero e o fim do assédio moral e sexual no ambiente de trabalho são agendas históricas e permanentes do movimento de mulheres.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) apoia e estimula o crescimento nas mais diversas instâncias da sociedade e entende que a atuação das mulheres tem um potencial enorme de renovação das instituições e das mentalidades. Por isso, é com orgulho que comemoramos, em 2014, nos dez anos de criação da Secretaria para Assuntos da Mulher, do Idoso e da Juventude. A construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária passa, sem dúvida, pela igualdade entre homens e mulheres. Não é admissível que estas mulheres, sendo mais da metade da população do país e quase a metade da população economicamente ativa, continuem sofrendo discriminação na sociedade e no ambiente de trabalho.

A dificuldade das mulheres em alcançar o poder deve ser reparada pela sociedade, especialmente pelo movimento sindical, que avança na tentativa de igualdade com participação e justiça social.



A handwritten signature in black ink, reading "José Calixto Ramos".

**JOSÉ CALIXTO RAMOS**  
Presidente

Foto: RAI/CNTI.



# SUMÁRIO

**6** **SECRETARIA DA MULHER:**  
dez anos de luta em defesa das industriárias do plano da CNTI

**18** **MULHER INDUSTRIÁRIA**  
Ocupar espaços nos sindicatos e escrever a sua própria história

**7** **HOMENAGEM**

**19** **AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO**  
das mulheres trabalhadoras na indústria

**15** **MULHERES EM BUSCA DE PODER**

**20** **criação de SECRETARIAS DA MULHER EM FEDERAÇÕES DO PLANO DA CNTI**  
Amplia a participação feminina no movimento sindical

## Terceirização Feminina

Avanços e desafios para a igualdade

**PÁG. 8**

TATAU GODINHO

**PÁG. 10**



**PÁG. 28**

**Jovens no Movimento Sindical, Tema Central do**

3º Encontro Nacional da Juventude Industrial

**2º ENCONTRO DE MULHERES INDUSTRIÁRIAS**

**26**

Reconhece avanços, aponta perspectivas e denuncia violência

**IDOSOS AMPLIAM PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

**30**

Assumem o orçamento doméstico, conquistam avanços importantes, mas ainda sofrem discriminações

**REDE CEGONHA**

**22**

2011-2014

**ASSÉDIO MORAL**

**23**

Dez anos de luta em defesa das industriárias do plano da CNTI

# SECRETARIA DA MULHER: DEZ ANOS DE LUTA EM DEFESA DAS INDUSTRIÁRIAS DO PLANO DA CNTI

A primeira revista Mulher Industriária chega em suas mãos. O caminho percorrido nesta década nos trouxe grande aprendizado e ao mesmo tempo nós conclama para novos desafios dias a após dias.

Em que pese as desigualdades ainda existentes, a participação da mulher no mercado de trabalho é um dos fatores de transformações da sociedade, no Brasil e no mundo. A ocupação da mão-de-obra feminina se amplia, com a inserção em postos antes dominados pelos homens e a mulher trabalhadora tem demonstrado interesse e persistência na sua qualificação profissional, para ocupar novos postos e novas funções, alterando substancialmente o ambiente das relações de trabalho no interior das fábricas e na indústria de maneira geral.

Esse crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho, trás para o movimento sindical, um grande desafio, de incorporar as companheiras trabalhadoras às entidades sindicais, desde a base, até os planos mais elevados da representação classista e profissional. Ao longo da história, a participação das mulheres nos sindicatos se deu de maneira acanhada e até mesmo subalterna, reproduzindo, nos sindicatos, de alguma forma, as mesmas discriminações existentes no interior das fábricas.

Hoje, quando o debate sobre o recorte das questões de gênero e raça se consolidam como determinação e necessidade, cabe ao movimento sindical assumir essas temáticas, no discurso e na prática. Os novos marcos de cidadania consolidam espaços de participação da mulher, reconhecem os direitos conquistados na luta e possibilitam que a mulher trabalhadora, ainda sob o peso da discriminação, dos preconceitos e dos assédios, seja protagonista na construção de patamares elevados de participação. Essa realidade precisa e deve ser efetiva, também, na integração das mulheres nas entidades sindicais, como avanço democrático imprescindível. Mesmo que essa inserção tenha crescido nas últimas décadas, especialmente no âmbito da indústria, ela ainda é pequena em relação ao grande número de mulheres industriárias existentes.

Esta é uma das principais razões pela criação da Secretaria da Mulher Industriária no plano da CNTI, que agora completa dez anos. Eleita para ocupar a Secretaria, busquei levar a Confederação até as mulheres trabalhadoras da sua base, mediante seminários, congressos, encontros, atividades formativas, entre outros

eventos. O objetivo deste trabalho é no sentido de contribuir para a conscientização das mulheres industriárias, conhecendo a sua realidade, recolhendo os seus relatos e realizando lutas que possam reduzir as desigualdades, fortalecer o seu papel e ampliar os espaços de participação.

A criação da Secretária para Assuntos da Mulher, do Idoso e da Juventude do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria consistiu em um salto de qualidade no trabalho da Confederação no que se refere à questão de gênero.

Ao longo destes dez anos, foram muitos os eventos e as atividades realizadas nos estados, em parceria com federações e sindicatos do plano da CNTI, reunindo mulheres trabalhadoras, ao mesmo tempo tenho desempenhado diversas atividades, exercendo várias funções de representação com intensa dedicação na promoção e qualificação das mulheres industriárias, inclusive com atuação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; em congressos internacionais representado as mulheres brasileiras trabalhadoras na indústria. Estas atividades são apresentadas neste relato, no sentido de demonstrar o quanto é importante a presença da mulher trabalhadora na afirmação da democracia, pela sua integração e consolidação dos seus direitos, entre os quais se insere a igualdade de oportunidade sem discriminação de qualquer natureza.



**Sônia Maria Zerino**

Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude – CNTI



# HOMENAGEM

**Tasia Maria Lemos Ferreira Ramos** - amiga, companheira de luta, entusiasta nos momentos mais decisivos, dos quais trabalhamos o novo na CNTI - por aquilo que nasce e representa mudança, a você dedicamos nossa homenagem e agradecimento. Certos dias são de dificuldades, outros de realização; mas há os dias que nos movem para além da esperança, são cheios de vida e revelam um mundo melhor. E, nesses dias, algumas pessoas estão ao nosso lado, dão-nos força nas dificuldades e realizam as melhores obras em um mundo repleto de inquietações e de resistência às mudanças, momento no qual nosso papel carece ser transformador, dando-nos a certeza de que a esperança é vida em uma realidade de contradições. E é aí onde a **sua** presença, nessa passagem de dez anos, veio a tornar a vida de trabalhadoras e trabalhadores mais digna e melhor.





# AVANÇOS E DESAFIOS PARA A IGUALDADE



**Tatau Godinho**

Secretária de Políticas do  
Trabalho e  
Autonomia Econômica das  
Mulheres – SPM/PR

A participação das mulheres no mundo do trabalho tem se ampliado expressivamente nas últimas décadas. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2001, 2009 e 2012, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que, entre 2001 e 2009, a taxa de participação na população economicamente ativa cresceu 26,23% e, atualmente, as mulheres representam 43,4% deste público.

É importante destacar alguns avanços das mulheres em áreas que são, até agora, predominantemente masculinas e no emprego formal. Os dados da PNAD de 2012 apontam que houve aumento de 7,0% para 11,9% de mulheres trabalhadoras na indústria. Houve, também, um aumento de 15,2% no setor de Construção. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – 2012) a

taxa de empregos formais ocupados por mulheres cresceu 3,89 – aumento superior ao masculino, de 1,46%. Além disso, dados da Global Entrepreneurship indicam que as mulheres representam 52% dos empreendedores que iniciaram seus negócios nos últimos três anos e meio.

Em relação ao aumento de renda das mulheres, destacam-se as políticas salariais e previdenciárias dos últimos anos. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do primeiro trimestre de 2014 em relação ao primeiro trimestre de 2013, sinalizam o aumento salarial médio de admissão das mulheres de 2,72%; superior ao dos homens, de 2,51%. A política de aumento do salário-mínimo, por sua vez, tem incidido positivamente na renda das mulheres, já que a maior representatividade deste aumento foi na faixa de mulheres de baixa escolaridade e de baixo rendimento.



Em dez anos (final de 2003-final de 2013), houve um aumento do montante relativo à contribuição previdenciária, sendo 53% para as mulheres e 46,7% para os homens, segundo dados do Ministério da Previdência Social. É importante lembrar, também, das políticas que incentivam a adesão à previdência, como para as domésticas, donas de casa de baixa renda e estudantes.

A falta de regulamentações específicas e necessárias levam à permanência de desigualdades entre mulheres e homens, como é o caso das trabalhadoras domésticas – categoria composta majoritariamente por mulheres (5,8 milhões, 92% do total), segundo a PNAD de 2012 – que recentemente obtiveram a equiparação de seus direitos. A Emenda Constitucional 72, de 2013, alterou a redação do parágrafo único do Art. 7 e garantiu a extensão de 16 direitos para as trabalhadoras domésticas, sendo que 7 deles dependem de regulamentação.

As mulheres acabam sendo responsáveis pelo cuidado da casa, da família, das crianças ou dos idosos e, na medida em que recai sobre elas de forma tão desigual estas responsabilidades, há uma influência direta na forma como se inserem no mercado de trabalho. Dados da PNAD mostram que para cada dez homens em idade ativa, oito estão no mercado de trabalho. Para as mulheres, a participação é de seis no mercado de trabalho para cada dez mulheres com idade ativa. Estes dados explicitam a divisão sexual do trabalho, na medida em que as mulheres realizam o trabalho produtivo e reprodutivo, têm acessos mais restritos para o desenvolvimento de suas carreiras e, majoritariamente, ocupam segmentos relacionados a elas (educação, serviços sociais, serviços domésticos).

As mulheres dedicam, em média, 20,8 horas semanais às tarefas domésticas e os homens gastam apenas 10 horas por semana para estas atividades. Este fato mostra que a divisão sexual do trabalho ainda é uma realidade no dia a dia das mulheres.

**AS MULHERES DEDICAM, EM MÉDIA, 20,8 HORAS SEMANAIS ÀS TAREFAS DOMÉSTICAS E OS HOMENS GASTAM APENAS 10 HORAS POR SEMANA PARA ESTAS ATIVIDADES. ESTE FATO MOSTRA QUE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO AINDA É UMA REALIDADE NO DIA A DIA DAS MULHERES.**

Visando mudar a legislação para garantir a igualdade de direitos, foi proposto o Projeto de Lei (PL) 6653/2009. Este projeto de lei, que está em fase de tramitação, pretende criar mecanismos para coibir práticas de desigualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho, para garantir o desenvolvimento da ascensão, inserção e integração das mulheres no trabalho urbano e rural e coibir as discriminações em razão de sexo, orientação sexual, raça, etnia, idade e de aparência física. Assim, o chamado “PL da igualdade” garante a criação de comissões internas e de dispositivos de fiscalização para combater práticas abusivas e padronizar o uso de linguagem adequada nas campanhas, nos informativos e nos editais de concursos. Essa é uma importante iniciativa, tendo em vista que as mulheres ainda enfrentam condições desiguais no ambiente profissional.

Persistem diferenças salariais entre mulheres e homens que ocupam cargos semelhantes. Dados de 2012 da Fundação Getúlio Vargas (FGV) demonstram que as mulheres recebem, em média, 72,9% dos rendimentos dos homens e têm menos acesso a cargos de chefia (apenas 7% dos cargos de direção de empresas são ocupados por elas). Os cursos de aperfeiçoamento de carreira são direcionados preferencialmente aos homens, apesar das mulheres apresentarem maiores índices de escolaridade.

Foram muitos os avanços para a igualdade de oportunidade no mundo do trabalho entre mulheres e homens, mas ainda há muitos desafios em termos de direitos e acessos a serem conquistados.

Foram muitos os avanços para a igualdade de oportunidade no mundo do trabalho entre mulheres e homens, mas ainda há muitos desafios em termos de direitos e acessos a serem conquistados.





# TERCEIRIZAÇÃO FEMININA

Há cerca de um ano vivemos um momento histórico da luta dos trabalhadores deste país, quando 19 dos 27 ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), de forma contundente, manifestaram-se contrários ao Projeto de Lei 4330/04, que permite a contratação de terceirizados até para as atividades-fim em toda a economia.



Em documento encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, eles alertaram para as consequências da medida, caso aprovada da forma como se encontra naquela Casa Legislativa.

Os magistrados apontaram que a generalização da terceirização para toda a economia e a sociedade provocará gravíssima lesão de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no Brasil.

É importante destacar, também, que o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e as centrais sindicais se posicionaram contrários à proposição, assim como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e suas bancadas no Congresso Nacional.





# PRECARIZAÇÃO

Como representante das mais legítimas demandas dos trabalhadores, e muito especialmente das mulheres, promovi uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados para discutir a proposição, tão lesiva ao mundo do trabalho e à sociedade em geral. É importante destacar que a maior incidência entre as vítimas de acidentes de trabalho está nos terceirizados: quatro em cada cinco mortes e oito em cada dez casos de acidente registrados.

No caso das mulheres, a terceirização também mostra uma face muito cruel porque, neste país ainda economicamente tão desigual, as mulheres, em sua imensa maioria, ocupam os postos de trabalho mais precários, que é a marca da terceirização. Elas integram o imenso contingente que sobrevive na informalidade, no subemprego, nas atividades manuais, domésticas, de limpeza. Neste segmento, a previsão patronal é de que existam um milhão de trabalhadores no Brasil, dos quais 61% são mulheres.

Elas também são maioria nos serviços de *telemarketing*, confecção, alimentação, nos setores de reciclagem e calçadista, bem como na terceirização de parte da produção. Entre eles podemos destacar o setor eletroeletrônico, cuja fabricação é geralmente realizada por pequenas fábricas, empregando sem registro em carteira e pagando salários menores, ou por meio do trabalho em domicílio, atividades que elas exercem também em condições e locais bastante precários e sem nenhum tipo de fiscalização, onde o “braço” do Estado geralmente não chega.

Mas, até mesmo no âmbito dos terceirizados, as mulheres se encontram em desvantagem em relação aos homens, quando se trata de salários. Embora os levantamentos ainda sejam poucos, dados de 2005 apontam que a remuneração das mulheres terceirizadas no país representava 64,6% dos rendimentos dos homens terceirizados e 60,4% em relação aos rendimentos dos empregados formais. Ou seja, recebiam pouco mais que a metade de um empregado com carteira de trabalho assinada para exercer a mesma função; condição que fragmenta as relações de uma mesma categoria profissional e, mais uma vez, precariza as condições de trabalho.

Ao remontar àquele momento tão peculiar de reação da maioria dos juízes do Tribunal Superior de Trabalho (TST) a uma proposição de lei, o alerta feito me remete a uma conquista que pessoalmente comemoro: a Constituição Cidadã de 1988. Fui presa, vivi na clandestinidade, vi amigos serem torturados e dizimados nos duros anos de chumbo da ditadura, mas vencemos e superamos aquele período, elaboramos e vimos ser promulgada

uma Constituição que ressaltou e elevou o valor social do trabalho na vida econômica do Brasil. É preciso, porém, ficarmos atentos para que não nos tirem este avanço, tão dolorosamente conquistado, pois o Projeto de Lei da Terceirização, conforme alertaram no ano passado os magistrados do TST, ainda está tramitando no Congresso Nacional. Uma proposição que esvazia o conceito constitucional e legal da categoria profissional. Se aprovado, não serão metalúrgicos e metalúrgicas, professoras e professores, comerciários e comerciárias, entre outros tantos trabalhadores e profissionais, mas sim “prestadores de serviços”. Milhões de pessoas, em especial mulheres – a maioria da população – terão o valor de suas remunerações rebaixado, nas condições laborais e sociais.

É contra iniciativas deste porte, completamente danosas a todo o corpo social e ao desenvolvimento nacional que devemos estar atentos e mobilizados. A luta por uma sociedade mais justa, mais equânime, depende da participação individual e também coletiva de todos, sem exceção e sempre.



**Dep. Federal Jô Moraes**  
(PCdoB – MG)

Coordenadora da Bancada  
Feminina da  
Secretaria da Mulher da  
Câmara dos Deputados

# NOVEMBRO AZUL

UM TOQUE PELA VIDA



MULHER, AJUDE QUEM VOCÊ AMA.







# MULHERES EM BUSCA DE **PODER**

Por Sônia Maria Zerino da Silva





## NA POLÍTICA

O ano de 2014 marca o aniversário dos 82 anos do direito de voto feminino no Brasil. Desde a conquista de 1932, as mulheres brasileiras obtiveram diversas vitórias: tornaram-se maioria da população e do eleitorado; conquistaram maior esperança de vida e menores taxas de mortalidade; adquiriram níveis crescentes de educação, ultrapassando os homens em todos os níveis de ensino; elevaram as taxas de participação no mercado de trabalho, reduzindo os diferenciais de gênero nos rendimentos totais; são maioria dos beneficiários da previdência e do Programa Bolsa Família e conquistaram diversas vitórias na legislação nacional.

Em 2010, as mulheres também alcançaram o principal posto político, elegendo a primeira presidenta da República, duas governadoras e 136 deputadas estaduais e distritais. Segundo dados da Agência Brasil, nas eleições de 2012, foram eleitas 657 prefeitas (11,84%) e 7.630 vereadoras (13,32%). Mas ainda estamos longe de equivalência quando se fala da presença feminina nos espaços de poder.

Para aumentar a participação feminina na política do Brasil é preciso alterar a participação das mulheres na estrutura de poder dos partidos políticos.

A participação com paridade de gênero na política é fundamental. Não só na estrutura partidária, mas a paridade precisa ser instituída nas secretarias municipais e estaduais e no Ministério Federal. A equidade de gênero precisa ser implementada, também, nos altos tribunais do Poder Legislativo e até nas diretorias das empresas privadas. No processo eleitoral, é preciso garantir a paridade nas listas eleitorais e no acesso aos recursos da campanha eleitoral.

Tem crescido a parcela da opinião pública que defende uma maior presença pública feminina. Pesquisa do Ibope, que faz parte de um levantamento global de opinião pública realizado em 65 países pela rede WIN, mostrou que 41% dos brasileiros acreditam que o mundo seria um lugar melhor se as mulheres fossem maioria no mundo político. Assim, é possível se atingir a igualdade de oportunidade entre os sexos na família, na sociedade e na política.

Mas tudo pode mudar já nas eleições de 2014, quando se comemora os 82 anos do direito de voto feminino no Brasil. Se os partidos derem espaço e apoio para as candidaturas femininas para deputados federais e estaduais e para senadores e governadores, o Brasil pode dar um salto no *ranking* mundial, deixando de ficar na “lanterninha” da América do Sul e de perder posição para países como Iraque, Afeganistão, Moçambique, Sudão e outros com menores níveis de desenvolvimento e maiores índices de desigualdade social de gênero.

# NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Apesar do significativo avanço da participação das mulheres no movimento sindical brasileiro, resultado da luta exaustiva pela igualdade de direitos nas relações de gênero, esta participação ainda é frágil em um universo dominado predominantemente pelos homens.

Os espaços sindicais, em alguma medida, reproduzem o mesmo processo de discriminação que as mulheres enfrentam nos ambientes de trabalho. Embora lutem pelo reconhecimento no mercado de trabalho, elas seguem sendo minoria nos sindicatos, nas federações, nas confederações e nas centrais sindicais e não estão presentes nas posições de destaque como presidência, secretaria-geral e tesouraria. Como se pode deduzir, a divisão sexual do trabalho, contida na noção de gênero, continua a

perpassar fortemente as relações entre homens e mulheres no interior dos sindicatos.

As origens dessa desigualdade nas relações de gênero, que perpassa a sociedade e atinge o movimento sindical, está nas raízes de nossa história, em que se destacam elementos de uma cultura autoritária e excludente. Foi assim no interior da família patriarcal do período colonial, em que o homem mandava e a mulher obedecia, e permanece, ainda assim, em muitas famílias brasileiras. O que se reproduz nos espaços da sociedade, de modo geral, afeta também o movimento sindical e social.

Mudar esse quadro é um dos objetivos do nosso plano de trabalho, quando estimulamos a criação dos departamentos da mulher nos sindicatos e nas federações. É uma mudança que deve atingir corações e mentes, instituições e organizações e só será possível com a participação das trabalhadoras, das organizações e de toda sociedade, em um processo crescente de tomada de consciência do papel da mulher no mundo do trabalho nos espaços sociais em geral e na organização sindical.





# MULHER INDUSTRIÁRIA: OCUPAR ESPAÇOS NOS SINDICATOS E ESCREVER A SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

O trabalho da mulher na indústria não é um fato recente. Desde os primórdios da revolução industrial, ainda em meados do século XVIII, já se sabia da presença de grande contingente de mão de obra feminina nas fábricas de tecidos. Elas eram as fiandeiras e as tece-lãs, atividades importantes, para as quais não se exigia qualificação, pois, era o próprio trabalho que se transformava em aprendizagem. Aos homens cabiam, diferentemente, as funções de chefias, as gerências e os cargos de contramestres. O tratamento era ainda mais desigual em relação aos salários, pagos conforme a produção, a me-tragem e a qualidade do produto. Na verdade, pouco sabemos da grande contribuição das mulheres no processo de desenvolvimen-to industrial, pois esta história foi escrita por homens, a partir de uma visão masculina, sem uma voz que fosse própria das mulheres.

Mas é fato que as primeiras fábricas de tecidos surgiram, foram colocadas em funcionamento e gerenciadas por homens, isto implicou na entrada da mulher no mercado de trabalho da in-dústria de maneira rebaixada, já que, os espaços da fábrica re-produziam a condição feminina da época, ser obediente e sub-missa ao mando e ao poder masculino. Assim, podemos afirmar que as indústrias fizeram uma transposição para o espaço fabril de uma realidade já estabelecida na vida privada. Este fator, por-tanto, teve grande contribuição para que as mulheres tivessem funções subalternas, salários inferiores e tratamento discrimina-tório em relação aos homens em sua ocupação laboral.

Ao longo dos anos, com muita luta e sacrifícios, as mulheres operárias foram conquistando posições e respeito, embora persistissem muitas desigualdades, ainda presentes em nossos tempos. De forma geral, as indústrias, principalmente nas linhas de produção, sempre foram ambientes dominados por homens, muito em razão de alguns trabalhos exigirem força, mas, tam-bém, em razão do preconceito, de que a mulher não era ade-quada a esse tipo de ocupação. Hoje, vivemos uma realidade diferente. O mito da mulher frágil que devia se ocupar de ativi-dades secundárias está desaparecendo e a mão de obra femini-na preenche, cada vez mais, a paisagem interna das fábricas, no Brasil e no mundo.

Com o avanço da tecnologia, o uso da força bruta foi substitu-ído, gradualmente, por novas técnicas de produção e a instala-ção de modernos equipamentos, em que não se requer esforços

mais pesados. Deve-se ressaltar que as mudanças na base tecno-lógica, se favoreceram a absorção do trabalho feminino, foram mais benéficas ainda aos donos das fábricas, que passaram a dis-por de mão de obra abundante e a custo menor do que os salá-rios pagos aos homens. Também aí prevalecem as discrepâncias nas relações entre capital e trabalho, uma vez que, na busca de taxa de lucro mais elevada, os empresários passaram a explorar o trabalho da mulher como importante fonte de acumulação.

Atualmente, com a justificativa de constituírem equipes mais di-versificadas e complementares no interior das fábricas, as empre-sas incentivam a contratação de mão de obra feminina pelas suas qualidades de terem maior atenção aos detalhes, mais facilidade de comunicação e pela tendência de interagirem mais rápido, for-mando equipes mais unidas. Os relatórios das indústrias que inclu-íram mulheres nos seus quadros de trabalho apontam resultados significativos, tais como aumento da produtividade, maior integra-ção e melhor qualidade dos serviços. Por outro lado, as tendências do mercado indicam que há um crescente número de mulheres que se qualificam nas escolas e nas universidades, buscando profis-sionalização e crescendo na sua inserção em áreas na indústria que antes eram territórios exclusivos dos homens. Esta é uma realidade nova que deve merecer a atenção dos nossos sindicatos. Vivemos uma transformação e a mulher passa a ser força de trabalho pre-ponderante em vários setores industriais e, por decorrência, deve passar a ocupar mais espaços nas entidades sindicais, tendo em vista a necessidade permanente de se lutar para que esta inserção se dê em condições de trabalho digno e sem discriminação.

Nesse sentido a CNTI faz a sua parte. A Secretaria da Mulher, sob a coordenação da diretora Sônia Maria Zerino, ao longo de dez anos, tem dado atenção especial às mulheres industriárias, in-corporando-as, cada vez mais, nas atividades da Confederação. É preciso que esta prática seja pauta permanente dos sindicatos e das nossas federações para que, além de ampliar a sua inserção no trabalho fabril, as mulheres possam ser, também, agrupamento destacado no movimento sindical, ocupando postos nas entida-des sindicais e assumindo, com a sua própria voz, as narrativas das suas lutas, das suas conquistas e da sua história. ■

**José Calixto Ramos**

Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)



# AVANÇAR NA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS NA INDÚSTRIA

## CRIAÇÃO DE DEPARTAMENTO E SECRETARIAS PARA ASSUNTOS DA MULHER NAS FEDERAÇÕES DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO PLANO DA CNTI

Nas últimas décadas, as questões do recorte de gênero e raça no Brasil receberam impulso importante, cujo marco principal foi a aprovação e sanção da Lei Maria da Penha. Em um país em que a posição da mulher ainda é bastante injusta quando comparada a dos homens, a luta pela emancipação feminina, pela igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres, se transformou, também, em pauta prioritária para o movimento sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras. As entidades sindicais incorporam, nas suas estruturas orgânicas, diretorias e secretarias específicas para assuntos da mulher. Uma prática que ainda precisa ser mais assumida por todos os sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais.

Assim procedeu a CNTI que, há dez anos, instalou a Secretaria para Assuntos da Mulher, do Idoso e da Juventude no seu plano de representação, incorporando, no cotidiano da entidade, a representação feminina, cargo para o qual fui eleita e reconduzida, buscando realizar as ações necessárias à elevação do nível de conscientização e mobilização da mulher industriária.

O início do nosso trabalho consistiu em, além de vários eventos, incentivar sindicatos e federações a criarem, nas suas diretorias, espaços para a participação das mulheres. Considerando a desigualdade na remuneração entre os gêneros no mesmo ambiente de trabalho e na mesma função, além das várias formas de assédio e discriminações sofridas pelas mulheres, bem como a sua condição de dona de casa que a faz submeter-se à dupla ou tripla jornada de trabalho diária, entre outros aspectos, a criação das instâncias de atuação feminina nas entidades sindicais se transformou em necessidade inquestionável. Por isso buscamos junto às federações e sindicatos filiados à CNTI a estruturação de departamentos, secretarias ou diretorias destinadas às trabalhadoras.

Em decorrência desse projeto de ação, conseguimos instalar secretarias de assuntos da mulher em 12 federações do quadro de filiadas à Confederação, sendo que, antes, havia apenas uma na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina (FETIESC). Por outro lado, esse trabalho junto às federações, por meio de cursos, palestras, seminários, congressos e outros eventos, fortaleceram e ampliaram o debate sobre o tema de recorte de gênero e raça,

destacando, por decorrência, aspectos de formação de cidadania, empoderamento que se estendeu aos sindicatos da base da CNTI, contribuindo para a criação, em várias destas entidades, de representações qualificadas para levar a luta em defesa e pelo respeito aos direitos das mulheres trabalhadoras na indústria.

Passados dez anos, podemos afirmar que a Secretaria de Assuntos da Mulher, com o apoio de todos os diretores da CNTI, em especial do seu presidente, José Calixto Ramos, teve as condições necessárias para fazer o bom combate contra toda e qualquer tentativa de relegar à mulheres trabalhadoras na indústria as funções secundárias e papéis subalternos, levando essa compreensão às federações e sindicatos do nosso plano. Cumprimos a nossa missão de reafirmar e resgatar a importância dessa luta, com vistas à conscientização das nossas companheiras quanto ao seu valor e a sua função determinante na sociedade, e a importância do reconhecimento dos seus direitos sindicais e trabalhistas, enquanto mulher, trabalhadora e cidadã.

Mas, se muito foi feito, mais ainda há por fazer. A ascensão social, política, econômica e cultural da mulher trabalhadora, para reduzir as disparidades existentes, demanda muita luta, com persistência e determinação. Porém, ainda que as desigualdades de remuneração e de oportunidades sejam inaceitáveis, mesmo que o nível de violência contra as mulheres seja elevado, há avanços importantes que foram conquistados. Sem dúvida, existe uma maior conscientização da sociedade, do movimento sindical e dos governos sobre essa questão com medidas positivas.

E no que se refere ao trabalho da Secretaria, a nossa missão permanece a mesma, avançar na organização das mulheres trabalhadoras na indústria do plano da CNTI, incentivando, apoiando e se dedicando, cada vez mais, à construção de espaços de participação e de representação das companheiras trabalhadoras, como função e dever na luta por uma sociedade mais justa e mais igualitária, em que homens e mulheres possam compartilhar, com igualdade, os frutos do seu trabalho e ascenderem, com as mesmas oportunidades de direitos, aos espaços comuns de valorização social e promoção humana.



# CRIAÇÃO DE SECRETARIAS DA MULHER EM FEDERAÇÕES DO PLANO DA CNTI AMPLIA A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO SINDICAL



A Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Maranhão, criada em 9 de julho de 2007, tem como secretária a sindicalista Euzanira Pereira da Silva, diretora do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras de Trabalhadores nas Indústrias de Confecção de Roupas de São Luís - MA.



A Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado Mato Grosso, criada em 21 de fevereiro de 2009, tem como secretária a sindicalista Nilce Taconi Bolonhezi, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário de Vera e Feliz Natal - MT.



A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Minas Gerais, instalada em 14 de setembro de 2001, tem como secretária a sindicalista Miryan Pereira Bueno, que integra a diretoria do Sindsul.



A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Minas Gerais, cuja criação ocorreu em 2013, tem como secretária a sindicalista Nilda Cardoso Souza, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Montes Claros - MG.

**O NOSSO PROJETO, À FRENTE DA SECRETARIA DE ASSUNTOS DA MULHER, DO IDOSO E DA JUVENTUDE, TEM ENTRE AS SUAS METAS A INSTALAÇÃO DE NOVAS SECRETARIAS DA MULHER, SE POSSÍVEL ABRANGENDO TODOS OS ESTADOS EM QUE HÁ FEDERAÇÕES FILIADAS À CNTI.**



A Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Pará, instalada em 28 de setembro de 2013, tem como secretária a sindicalista Terezinha Vitorino de Souza, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem dos Estados do Pará e Amapá.



A Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná, que foi fundada em 17 de setembro de 2010, tem como secretária a sindicalista Elizabeht Albes de Matos, que integra a diretoria do Sindicato dos Oficiais, Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Cianorte - PR.



A Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário do Estado do Rio de Janeiro, criada em 31 de dezembro de 2013, tem como secretária a sindicalista Rosiane da Conceição Almeida, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Três Rios, Paraíba do Sul, Com. Levy Gasparian, Sapucaia, Areal e São José do Vale do Rio Preto - RJ.



A Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Rio Grande do Norte, instalada em 21 de junho de 2006, tem como secretária a sindicalista Maria dos Navegantes dos Santos da Silva, presidente do Sindicato dos Oficiais, Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecção de Roupas do Estado do Rio Grande do Norte.



A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçado e Vestuário do Estado do Rio Grande do Sul instalada em 23 de setembro de 2010, tem como secretária a sindicalista Elvira Berwian Graebin, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Picada Café - RS.



A Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Santa Catarina, fundada em 1996, tem como secretária a sindicalista Elfi Lemke Hiller, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem, Vestuário, Malharia, Artefatos de Couro, Calçados, Acabamentos de Confecção, Tinturaria, Estamparia de Tecido de Timbó -SC.



A Federação dos Trabalhadores na Indústria de Fiação de Tecelagem do Estado de São Paulo, criada em 08 de março de 2013, tem como secretária a sindicalista Jaty Aparecida F. Farias, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Atibaia.



A Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Sergipe, instalada em setembro de 2010, tem como secretária a sindicalista Neidevane Pacheco de Oliveira, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Aracaju (Sinditêxtil).



A Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Rondônia e Acre – FITRAC, criada em 2006, tem como secretária a sindicalista Francisca Janete Andrade, diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Cacoal - RO (Sintra-intra) .



## SAÚDE DA MULHER

# REDE CEGONHA 2011-2014

A Rede Cegonha é a estratégia brasileira lançada pelo governo federal em 2011 para acelerar a qualificação das redes de atenção à mulher e à criança. Tem como objetivos a mudança de modelo de atenção ao parto e ao nascimento, de forma a garantir uma assistência humanizada e de qualidade, permitindo à mulher vivenciar a experiência da gravidez, do parto e do nascimento com segurança e dignidade.

Para que esse novo paradigma seja efetivamente uma realidade, há necessidade da adesão e do comprometimento dos gestores municipais e estaduais, dos profissionais de saúde e da sociedade civil de forma envolvida e mobilizada para a garantia de seus direitos.

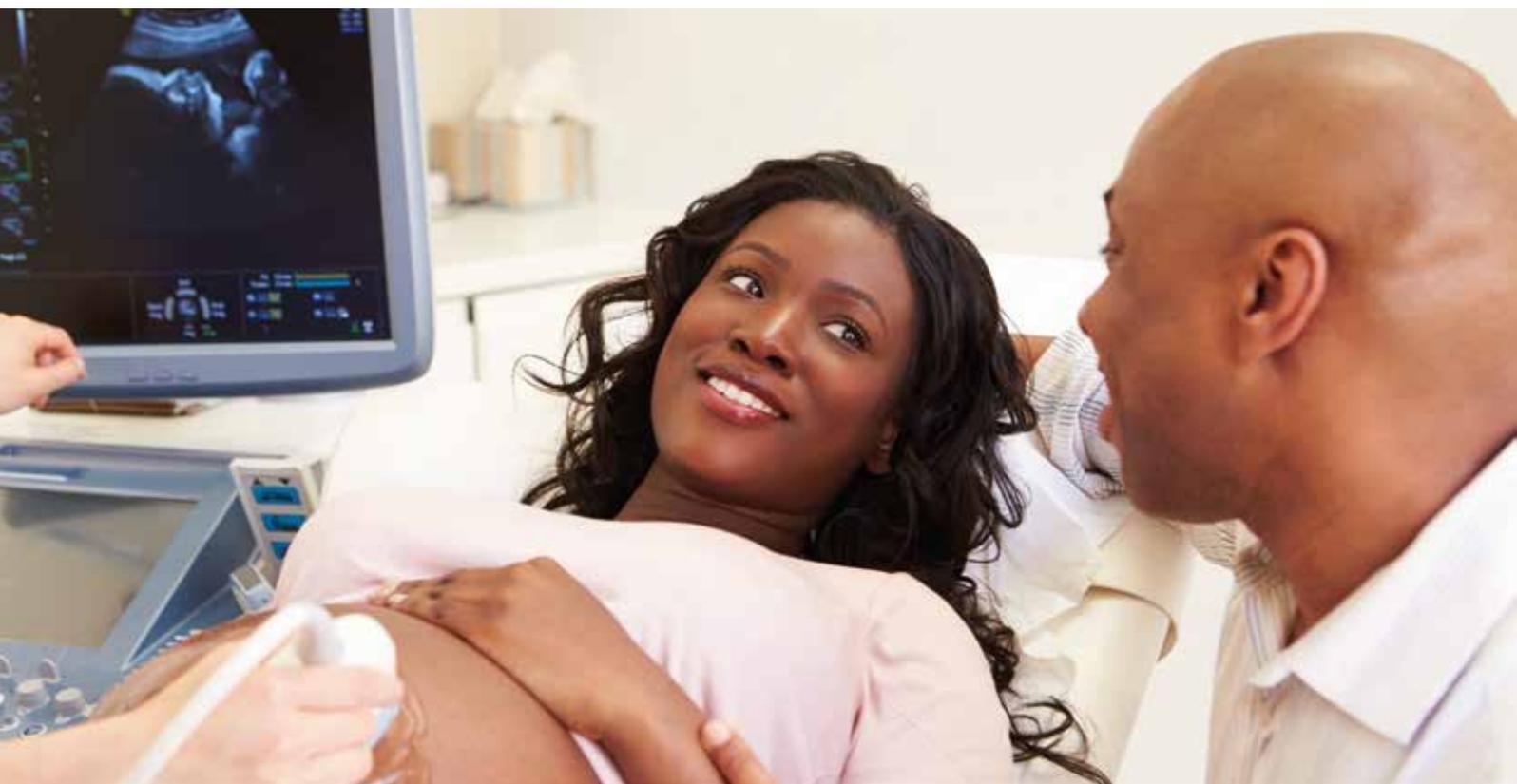
A Rede Cegonha busca fomentar a implementação de novo modelo de atenção à saúde da mulher e da criança, com foco na atenção ao parto, ao nascimento, ao crescimento e ao desenvolvimento da criança de zero aos vinte e quatro meses, reorganizando a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil, de maneira que garanta acesso, acolhimento e resolutividade e, por fim, impactar na redução da mortalidade materna e infantil, com ênfase no componente neonatal.

Até o momento, todos os estados aderiram à Rede Cegonha e 98% dos municípios brasileiros fizeram adesão ao componente pré-natal, o que significa dizer que nestas regiões houve discussões e pactuações locais para mudanças na rede de

saúde, buscando a garantia de melhor atendimento à mulher e à criança e ao impacto na redução da mortalidade materna e neonatal.

A Rede Cegonha tem investido em estrutura física para ampliação e ambiência de maternidades, criação de centros de parto normal e de casas da gestante, bebê e puérpera, assim como equipamentos para bancos de leite. Além disto tem, fortalecido a criação e a habilitação de leitos de unidades neonatais, como Utin e Ucin.

Por fim, a Rede Cegonha fomenta a criação dos fóruns perinatais enquanto espaços coletivos de construção de compromissos entre gestores e trabalhadores, no sentido de alterar práticas de cuidado. Entre as ações previstas nas maternidades estão a garantia de “vaga sempre” às mulheres gestantes e recém-nascidos, o acolhimento respeitoso, o direito a acompanhante de livre escolha a todas as mulheres, a adoção das boas práticas de atenção ao parto e nascimento segundo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), a garantia da privacidade da mulher no trabalho de parto e parto, a redução dos índices de cesariana, episiotomia e uso de ocitocina, a oferta de métodos não farmacológicos de alívio da dor e possibilidade de partos na posição vertical, a participação do pai no momento do nascimento, o contato pele a pele entre mãe e bebê imediatamente após o nascimento, entre outras práticas promotoras da saúde das mulheres e bebês.





# ASSÉDIO MORAL

## CHEGA DE HUMILHAÇÃO

O fim das humilhações no ambiente de trabalho depende do acesso à informação, da organização coletiva e da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras. As entidades sindicais têm feito esta conscientização, a fim de erradicar esta prática envolvida nas relações de trabalho.

## DENUNCIE O ASSÉDIO MORAL

Enquanto o amparo de uma lei específica não vem, resta aos trabalhadores e trabalhadoras buscar ajuda e denunciar abusos aos representantes dos sindicatos, às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas), às Organizações por Local de Trabalho (OLT), aos médicos de trabalho, aos Centros de Referência em Saúde dos Trabalhadores (Cerest) e às Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs). Todo trabalhador e trabalhadora tem direito a um ambiente de trabalho saudável e digno.



## ENTREVISTA

# “AS MULHERES ESTÃO MUDANDO: ELAS TÊM CORAGEM DE DENUNCIAR”, DIZ SECRETÁRIA



### Aparecida Gonçalves

Secretária de  
Enfrentamento à Violência  
contra as mulheres da  
Secretaria de Políticas  
Públicas para Mulheres

A SECRETÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SPM-PR), APARECIDA GONÇALVES, FALA DOS AVANÇOS E DESAFIOS DA LEI MARIA DA PENHA (LMP), QUE COMPLETOU OITO ANOS EM 7 DE AGOSTO.

### Estamos completando oito anos de Lei Maria da Penha. Qual é sua avaliação?

Existem bons avanços. Entre eles, destaco as mudanças de estrutura do Estado brasileiro para atender às mulheres em situação de violência, como a do Poder Judiciário, ao criar os Juizados de Violência contra a Mulher, e a do Ministério Público, com promotorias especializadas. A Defensoria Pública, por exemplo, começou a defender a vítima de violência doméstica. A Lei Maria da Penha traz esse processo inovador.

O fato da Lei Maria da Penha ter efetividade na prática fez com que, nesses oito anos, ocorresse um aumento no número de denúncias de mulheres vítimas de violência doméstica aos serviços públicos do Estado, seja por meio da Central de Atendimento à Mulher (o Ligue 180), seja das delegacias ou dos serviços de segurança e justiça.

É importante salientar que isso acontece porque as mulheres têm coragem de fazer a denúncia. Percebe-se que o comportamento das mulheres está mudando. Elas começaram a denunciar na primeira vez, passaram a ter mais coragem, a acreditar no Estado.

### Na sua percepção, quais são os desafios hoje da LMP? Em que se precisa avançar?

Há muito a se fazer. O fato da gente ter tido uma série de conquistas não quer dizer que não precisamos avançar cada vez mais. Precisamos implementar mais serviços especializados. É preciso aumentar o número de serviços de atendimento psicológico às mulheres, capilarizar o atendimento e fazer com que os servidores da assistência social, da saúde e da segurança pública tenham mais sensibilidade com relação à questão da violência contra a mulher.

Outro grande desafio que está colocado na questão da implementação da Lei Maria da Penha está relacionado aos poderes executivos estaduais e municipais. É preciso que assumam a pauta da violência contra a mulher como prioridade, definam orçamento e criem serviços para que, efetivamente, possam dar conta da demanda.

### É possível afirmar que a mulher passou a se sentir mais protegida com o advento da lei?

Sim. Isso é real. Tanto é que passaram a buscar mais o Estado brasileiro. Elas acreditam na questão das medidas protetivas de urgência, acreditam na prisão do agressor e em seu afastamento do lar. Elas têm, na verdade, elementos suficientes para poder dizer que se sentem protegidas.



### **Existe um perfil da mulher que é mais alvo de violência?**

Não, todas as mulheres são alvo de violência doméstica. Não podemos dizer que existe um perfil, se é mais pobre ou se é mais rica, por exemplo. A gente tem que desmistificar essa ideia.

### **Como tem avançado o papel da SPM nesses anos? Quais são os principais programas que protegem a mulher?**

Como coordenadora da implementação da Lei Maria da Penha no país, a SPM tem um papel de carro-chefe. A SPM tem efetivamente construído, nesses oito anos, credibilidade política daquilo que propõe, sem exageros, dentro de acordos possíveis. Eu acho que esse papel que a SPM tem cumprido nesses oito anos de Lei Maria da Penha, foi o que fortaleceu todas as políticas lançadas.

Em 2007, logo depois da sanção da Lei Maria da Penha, na 2ª Conferência de Políticas para as Mulheres, foi lançado o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, assinado pelas 27 Unidades da Federação e por todos os poderes do sistema de justiça. O pacto teve adesão de mais de 400 municípios, os quais chamamos de municípios-polo.

### **Como o Pacto funciona na prática?**

O Pacto é composto de cinco eixos estruturantes da Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Temos o da implementação da Lei Maria da Penha; o do fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; o dos direitos sexuais e reprodutivos e de enfrentamento ao tráfico de mulheres e à exploração sexual; o da autonomia econômica das mulheres em situação de violência; e o da garantia de direitos.

Na avaliação da implementação do Pacto é que vemos o funcionamento da Rede de Atendimento. Nós verificamos que, entre a entrada da mulher no serviço, na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) ou no serviço de saúde, e a porta final, ou seja, a autonomia econômica ou o sistema de Justiça, nós perdemos a mulher. Portanto, esta é a importância do atendimento integral à mulher em situação de violência: para que ela não faça todo esse caminho e, nele, a gente a perca.

Assim, lançamos o programa “Mulher, Viver sem Violência” e, dentro desse programa, algumas ações. A Casa da Mulher Brasileira vai ter como papel principal reunir todos os serviços no mesmo espaço físico. Ali, os serviços vão poder conversar, se ajudar. Vamos ter essa integralidade para que a mulher não precise se deslocar, ao risco de se perder no caminho.

Como o 180 se torna disque, ele passa a ter ainda mais importância como uma das portas de entrada da Rede de Atendimento. Então, nos casos de emergência, o próprio 180 vai acionar o 190 e o Samu. As Unidades Móveis vão garantir a capilarização do atendimento às mulheres do campo e da floresta. E vamos

aperfeiçoar o atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência sexual, por meio de sala especializada nos Institutos Médicos Legais (IMLs) e da coleta de vestígio nos serviços de saúde de atendimento às vítimas de violência sexual.

### **A mulher que é agredida pode procurar a SPM? Ela tem um canal direto com a secretaria para ter essa proteção?**

Ela tem a Central de Atendimento à Mulher – o Ligue 180. Por meio do serviço, é possível saber de todos os procedimentos em caso de agressão. A questão dos direitos aparece muito no 180. A mulher quer saber, por exemplo, se vai perder a casa, se vai perder a guarda dos filhos. Em resumo, quais são os direitos que ela tem e qual a proteção a que tem direito no caso de separação. Tudo isso o 180 está preparado para orientar.

A segunda demanda do 180 está relacionada aos serviços especializados. Se você disser assim: “Olha, eu quero falar com uma Delegacia Especializada, mas o município não tem”. O 180 vai dizer: “Ali há uma delegacia”. Mas, se mesmo assim, ela quiser falar com uma delegada, o serviço vai ver qual é o município mais próximo com delegada. Ou as atendentes vão dizer a ela: “O caso que você está sofrendo cabe na Lei Maria da Penha”.

Nós temos muitas declarações em que as mulheres vão à delegacia e falam assim: “Eu vim aqui registrar o meu caso na Lei Maria da Penha”. O delegado diz: “Ah, mas não dá”. Ela responde: “Mas o 180 disse, está aqui no artigo tal da lei”. E o caso termina sendo registrado.

Então, na verdade, falar com o 180, saber dos seus direitos, fortalece a mulher fazendo com que ela chegue ao serviço público. Qualquer mulher ou qualquer pessoa do Brasil pode acessar o 180.

### **Quando se pensa em violência, pensa-se logo na violência física. Existem outras formas que são até mais difíceis de a vítima perceber?**

Sim. A violência psicológica. Há também um tipo que tem tido mais visibilidade recentemente – não que não acontecesse antes –, que é do assédio no transporte, as chamadas “encoxadas”. Também existe o assédio moral. Chamo atenção para outro tipo que está na Lei Maria da Penha e que a maioria da população não consegue perceber: a violência patrimonial. Ninguém consegue perceber que esconder um documento da mulher ou rasgá-lo é uma violência patrimonial, por exemplo. Quebrar o copo, a xícara, os pratos é violência patrimonial e está enquadrado na Lei Maria da Penha. Eu acho que isso é muito importante que a população saiba.

**Comunicação Social**  
**Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM**  
**Governo Federal**



# 2º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES INDUSTRIÁRIAS RECONHECE AVANÇOS, APONTA PERSPECTIVAS E DENÚNCIA VIOLÊNCIA

Os resquícios de uma cultura patriarcal ainda prevalecem nas relações de gênero no Brasil. Ocorreram avanços importantes, mas ainda persistem discriminações inaceitáveis, entre estas a remuneração das mulheres inferior às dos homens para a mesma função, a violência física, o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, a manipulação simbólica da mulher como objeto de *marketing* na imposição de padrões e comportamentos de consumo, restrições quanto à evolução na carreira profissional nas empresas, entre outros. Considerando esta realidade, porém reconhecendo e destacando as conquistas alcançadas, o 2º. Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), realizado de 28 a 29 de outubro de 2013, foi um marco nas atividades da Confederação, segundo informa Sônia Maria Zerino, Secretária de Assuntos da Mulher, da Juventude e do Idoso. Estiveram presentes e participaram ativamente da programação 204 mulheres dos 27 estados brasileiros, representando as federações filiadas à CNTI, bem como os sindicatos a ela vinculados.

O 2º. Encontro Nacional de Mulheres propiciou o debate sobre as condições das mulheres trabalhadoras na indústria, na perspectiva social existente no país, observando os avanços conquistados com muita luta e dedicação, bem como as demandas e desafios. Neste sentido foram colocados em pauta os temas sobre **A saúde da mulher no trabalho, combate à violência contra a mulher, tráfico de pessoas, a mulher e a previdência social, o papel das políticas públicas na promoção de igualdade, a história do sindicalismo, a participação feminina; e a negociação coletiva – cláusulas de gênero e raça.** Todas as participantes consideraram a importância do evento

para fortalecer a luta da mulher trabalhadora na indústria, buscando ampliar direitos e crescer na representação política e social, mediante processos de empoderamento feminino, efetivos e reais.

Nos debates, diversas questões mereceram aprofundamentos, tais como no tema da saúde da mulher trabalhadora, ainda uma necessidade fundamental para definir parâmetros e programas com relação às perícias médicas que devem ser mais humanizadas, os aspectos de avaliação da capacidade laboral e do nexos técnico previdenciário, controle das das Comunicações de Acidente de Trabalho (CATs), inserção de cláusulas em negociações coletivas quanto ao pagamento, pelas empresas, de medicamentos e atendimentos médicos e demais despesas decorrentes de acidente de trabalho ou doença ocupacional.

O tema da violência também suscitou debates e polêmicas, em clima de constrangimento e desagravo quanto ao ocorrido com ônibus da delegação de Santa Catarina, que foi assaltado durante a viagem para Luziânia, causando medo e pânico entre as mulheres, pois a brutalidade dos assaltantes era reforçada com ameaças. A indignação foi geral, especialmente pelo fato de que esse tipo de ocorrência tem se tornado comum nos trechos das BRs 365, 050 e 452 sob a jurisdição do comando Polícia Rodoviária Federal (PRF), sediado em Uberlândia (MG). Por esta razão, foi aprovada, no plenário do 2º. Encontro, uma Carta Aberta aos poderes da República, Executivo, Legislativo e Judiciário, denunciando os reiterados assaltos em rodovias brasileiras, com encaminhamento especial aos poderes constituídos dos estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Ressalta o documento que, após mais de 20 horas

CONQUISTAMOS MUITOS AVANÇOS QUE SÃO REFERÊNCIA E INSPIRAÇÃO PARA A NOSSA CAMINHADA NAS QUESTÕES QUE ENVOLVEM O RECORTE DE GÊNERO. MAS, COMO É COSTUMEIRO DIZER, A LUTA CONTINUA.

de indignação foi geral, especialmente pelo fato de que esse tipo de ocorrência tem se tornado comum nos trechos das BRs 365, 050 e 452 sob a jurisdição do comando Polícia Rodoviária Federal (PRF), sediado em Uberlândia (MG). Por esta razão, foi aprovada, no plenário do 2º. Encontro, uma Carta Aberta aos poderes da República, Executivo, Legislativo e Judiciário, denunciando os reiterados assaltos em rodovias brasileiras, com encaminhamento especial aos poderes constituídos dos estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Ressalta o documento que, após mais de 20 horas



de viagem, o ônibus com as sindicalistas foi mais uma vítima desse tipo de ocorrência que deixa rastros de insegurança, em meio ao descaso do poder público que se ausenta, quando deveria adotar medidas objetivas para acabar com a banalização desses crimes. A Carta Aberta denuncia o pouco caso dos policiais de plantão, as dificuldades para preencher a ocorrência e a falta de proteção para retomar a viagem.

Ainda neste tema, as deliberações apontaram a necessidade de se promover campanhas para intensificar e ampliar ações para a divulgação da Lei Maria da Penha, especialmente entre os sindicatos e as federações.

Outra questão importante debatida referiu-se ao papel das políticas públicas na promoção da igualdade, na perspectiva de ações afirmativas destinadas ao mundo do trabalho, para reafirmar a posição das mulheres como ser social e político, respeitando-as nas dimensões étnicas e raciais. Entre as principais propostas foram aprovadas a realização de cursos de formação

sindical continuada para mulheres trabalhadoras na indústria, o incentivo à participação social e a política das trabalhadoras e a promoção de ações de prevenção às doenças femininas. Um dos pontos destacados com muita ênfase centrou-se na maior participação dos sindicatos e federações nas lutas das mulheres trabalhadoras na indústria, mediante a criação de secretarias e departamentos de gênero em todos nestas entidades, bem como assegurar a presença feminina em cargos expressivos nas direções das entidades sindicais.

Com estes delineamentos, o 2º. Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras na Indústria foi um avanço expressivo na organização das mulheres industriárias do Plano da CNTI. “O nosso papel é estimular, motivar e informar as companheiras sindicalistas sobre a as nossas lutas, os nossos desafios e o longo caminho que ainda temos pela frente para assegurar condições de vida e de trabalho que respeitem os direitos da mulher trabalhadora”, afirmou Sônia Zerino.

“Com certeza conquistamos muitos avanços que são referência e inspiração para a nossa caminhada nas questões que envolvem o recorte de gênero. Mas, como é costumeiro dizer, a luta continua. No encaminhamento das resoluções do encontro vamos dedicar, ainda mais, a conscientização das companheiras sindicalistas, com uma preocupação permanente de que as cláusulas de gênero e raça não sejam exceções nas negociações coletivas, ao contrário, que se transformem em dever e obrigação no processo de luta sindical de trabalhadores e trabalhadoras, por um país mais justo, mais fraterno e mais solidário”, concluiu Sônia Zerino.





# JOVENS NO MOVIMENTO SINDICAL, TEMA CENTRAL DO 3º ENCONTRO NACIONAL DA JUVENTUDE INDUSTRIÁRIA

Um dos grandes desafios do movimento sindical brasileiro é atrair a juventude para as suas fileiras. Muito em razão das direções sindicais que excluem mulheres e jovens, a ausência da juventude na luta comum de trabalhadores e trabalhadoras é um reflexo negativo sobre a nossa organização sindical. Mas, os fatores determinantes para a ausência expressiva de jovens nas entidades sindicais deve-se, em primeiro lugar, a persistência de padrões de ocupação laboral ruins e prejudiciais ao público jovem, além de um modelo de desenvolvimento que ainda não conseguiu afastar, plenamente, as práticas neoliberais na geração de emprego.

Para fazer frente a esta realidade, a Secretaria de Assuntos da Juventude do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), desenvolve intenso trabalho com vistas à inclusão da juventude industriária no movimento sindical. Merece destaque, nestas atividades, o 3º. Encontro Nacional da Juventude Industriária, realizado de 27 a 28 de setembro de 2013, no Centro de Treinamento Educacional José Calixto Ramos, em Luziânia (GO), com a presença de cerca de 200 jovens trabalhadores e trabalhadoras na indústria, do plano confederativo da CNTI.

Conforme a secretária de Assuntos da Juventude, Sônia Zerino, o 3º. Encontro significou o reconhecimento da necessidade de assegurar espaços de inserção e inclusão da juventude trabalhadora no mundo sindical. “Essa participação é decisiva e prioritária, considerando-se as barreiras existentes. Vários fatores estruturais se articulam impedindo a sindicalização dos jovens trabalhadores, a começar do desemprego que é um perverso obstáculo para a entrada dos jovens no mercado de trabalho no Brasil. Mesmo com a considerável geração de empregos ocorrida nos últimos 12 anos, não houve alteração substancial a esta situação. Por exemplo, negros de 16 a 24 anos ainda representam a grande maioria dos jovens desempregados (55,9%) nas regiões metropolitanas, segundo pesquisa do Dieese”, afirmou.

Por outro lado, os vínculos de trabalho dos jovens são mais frágeis, há contratos em que a exploração dos mais jovens decorre de flexibilizações das normas de trabalho e emprego, sendo comuns os casos em que há, na verdade, uma relação de emprego disfarçada. O jovem tem as mesmas obrigações, as mesmas subordinações, com menos proteção social. Além disso, são submetidos a longas jornadas de trabalho, acima do limite de 44 horas



## Sônia Maria Zerino

Secretária de Assuntos da Mulher, do Idoso e da Juventude da CNTI



semanais definido em lei. Outro problema é apontado em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ressaltando que somente 15% dos jovens que trabalham conseguem conciliar o tempo de trabalho com os estudos, mas, para isso, devem dedicar-se a estas duas ocupações, sem tempo livre para participar de sindicatos, por exemplo. No que se refere às jovens mulheres trabalhadoras, o problema está no trabalho doméstico intenso que é a principal fonte de remuneração deste grupo, enquanto, do outro lado, o trabalho doméstico não remunerado é a ocupação principal das jovens que não trabalham e nem estudam. Acresce-se, ainda, que entre as jovens trabalhadoras, grande percentual dedica parte do seu tempo às tarefas domésticas não remuneradas.

Outro fator prejudicial e perverso é o adoecimento de jovens no ambiente de trabalho, além da alta incidência de acidentes. Em geral, pelos levantamentos estatísticos, em torno de 40% dos acidentes de trabalho com registro oficial, têm como vítimas jovens de até 29 anos. É preciso considerar que aos jovens são destinadas condições degradantes de trabalho tornando-os vítimas recorrentes de adoecimentos e de acidentes. Também devem ser apontadas a baixa

remuneração e a precarização dos empregos ocupados por jovens. Regularmente, até mesmo por falta de opção, o trabalhador ou jovem aceitam o que lhe é oferecido, por necessidade. Eles não têm força nem organização para negociar melhor patamar de remuneração.

Além de todos estes fatores deve ser considerado, também, o fato de que a juventude, no Brasil e nos demais países capitalistas, sofre a influência do modelo de sociedade voltada para o consumo, em que impera o “deus mercado”. Há, por isso mesmo, uma cultura do consumo imediato e a negação de qualquer engajamento às grandes questões políticas e sociais. Os jovens devem ser resilientes, isto é, precisam se adaptar às relações

de trabalho existentes sem outras aspirações que não seja a submissão a estes valores capitalistas do mercado.

“Portanto, há fortes instrumentos de pressão econômica, política, social e cultural que afastam a juventude das entidades sindicais e exigem do movimento sindical ações concretas para reverter este panorama”, destaca Sônia Zerino.

Esse tem sido o objetivo da Secretaria de Assuntos da Juventude da CNTI, segundo afirma a secretária Sônia Zerino: “Nos encontros, nos seminários e nos cursos buscamos mostrar aos jovens a importância dos sindicatos e motivá-los para que sintam-se representados e possam contribuir na articulação de pautas comuns”. Ela salientou ainda que a pauta do 3º. Encontro Nacional da Juventude Industriária colocou em debate temas sobre juventude e trabalho, juventude e educação, políticas públicas para a juventude: avanços e deságios, os movimentos sociais, juventude e sindicalismo, juventude e redes sociais, juventude e meio ambiente, resultando, em várias propostas de ação, no sentido de buscar-se a inserção dos jovens como sujeitos protagônicos do movimento sindical.

**NOS ENCONTROS, NOS SEMINÁRIOS E NOS CURSOS BUSCAMOS MOSTRAR AOS JOVENS A IMPORTÂNCIA DOS SINDICATOS E MOTIVÁ-LOS PARA QUE SINTAM-SE REPRESENTADOS E POSSAM CONTRIBUIR NA ARTICULAÇÃO DE PAUTAS COMUNS.**





# IDOSOS AMPLIAM PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, ASSUMEM O ORÇAMENTO DOMÉSTICO, CONQUISTAM AVANÇOS IMPORTANTES, MAS AINDA SOFREM DISCRIMINAÇÕES

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil vai se tornar um país com população majoritariamente idosa nos próximos 15 anos, com grupo de idosos acima de 60 anos ou mais superando a faixa de crianças com até 14 anos. Para o ano de 2055 as previsões são de que a participação de idosos na população vai ultrapassar os grupos de crianças e jovens com até 29 anos. Esta realidade exige, desde já, implementação de políticas públicas voltadas para os idosos e que se traduzam na busca para acabar com a discriminação às pessoas mais velhas, especialmente quanto a sua capacidade laboral, conforme observa Sônia Maria Zerino, Secretária de Assuntos de Idosos da Confederação Nacional de Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Atualmente, os idosos, em sua maioria, são mulheres (55,7%), brancas (54,5%) e moradores em áreas urbanas (84,3%), correspondendo a 12,6% da população. O total de pessoas ocupadas nesse grupo etário cresceu 6,8% até o final de 2013, bem acima da média nacional no mesmo período, que foi de 1,1% conforme os levantamentos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) realizada em

3.500 municípios brasileiros. Por outro lado, a taxa de desemprego caiu 2,2% para 1,8%, permitindo afirmar que, entre os idosos, há uma condição comprovada de pleno emprego, levando-os a ter participação importante no mercado de trabalho, ao mesmo tempo, em que são os provedores das famílias.

Vários fatores determinam a empregabilidade de idosos, no Brasil, entre estes a necessidade de se manter o padrão de vida, o

envelhecimento da população, a redução da taxa de fecundidade e o aumento da longevidade, a mudança de cultura nas empresas empregando pessoas mais qualificadas e com experiência, além das regras para a aposentadoria que, em função do fator previdenciário e do limite de idade no setor público, são prejudiciais aos que se aposentam mais novos, com perdas na remuneração. Dado o momento de escassez de mão de obra em nosso país, há busca de profissionais mais escolarizados, qualificados, experientes e com conhecimento, de acordo com estudos do Ipea. Isso fez com que o grupo de pessoas empregadas com mais de 60 anos tenha alcançado a taxa de 22,3% em 2013, embora signifique tão somente 6,5% dos ocupados entre todas as faixas etárias. Na medi-

**ATUALMENTE, OS IDOSOS, EM SUA MAIORIA, SÃO MULHERES (55,7%), BRANCAS (54,5%) E MORADORES EM ÁREAS URBANAS (84,3%), CORRESPONDENDO A 12,6% DA POPULAÇÃO.**



da em que o desemprego é maior entre os jovens de até 24 anos, cabe aos idosos, com os seus rendimentos da aposentadoria, da pensão ou do emprego, arcarem em grande parte, com o orçamento familiar, inclusive possibilitando que uma parcela significativa de jovens possam se dedicar exclusivamente aos estudos. Deve-se ressaltar que, lamentavelmente, essa inserção do idoso no mercado de trabalho tem se dado em condições mais precárias, ainda prevalecem as discriminações na oferta de vagas no mercado de trabalho condicionadas à idade e ocorrem rejeições decorrentes de dificuldades comuns a idosos de se adequarem às novas tecnologias de produção.

Porém, a principal fonte do rendimento dos idosos continua sendo a aposentadoria ou a pensão, com o percentual de 66,2% entre as pessoas com 60 anos ou mais de idade e 74,7% para o grupo a partir de 65 anos. Neste universo, em torno de 23,7% não recebiam aposentadoria ou pensão, enquanto 7,8% acumulavam aposentadoria e pensão. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que: a maioria dos idosos (64,2%) era a pessoa de referência no domicílio e 47,8% tinham rendimento de todas as fontes superior a um salário mínimo. Cerca de 43,5% residiam em domicílios com rendimento mensal *per capita* igual ou inferior a um salário-mínimo.

“Esse processo de envelhecimento da população e da ocupação do idoso requer olhares mais profundos”, afirma Sônia Zerino, “pois o

Brasil precisa preparar-se para esta realidade, criando mecanismos institucionais tanto em medidas de prevenção quanto no atendimento desse novo perfil populacional, estruturando níveis mais condizentes de educação, saúde, trabalho e previdência social”. Se, como afirmam vários estudiosos do assunto, os países com maior desenvolvimento primeiro se enriqueceram para depois envelhecer, no Brasil há um envelhecimento acelerado, enquanto o país ainda convive com pobreza, miséria e profundas carências sociais. Da mesma forma que são necessárias ações políticas e sociais para

atendimento das questões de gênero e da juventude, as estratégias de planejamento do Estado devem-se voltar, também, para os idosos considerando que ao se tornarem provedores dos domicílios passam a ter peso considerável na estabilidade social.

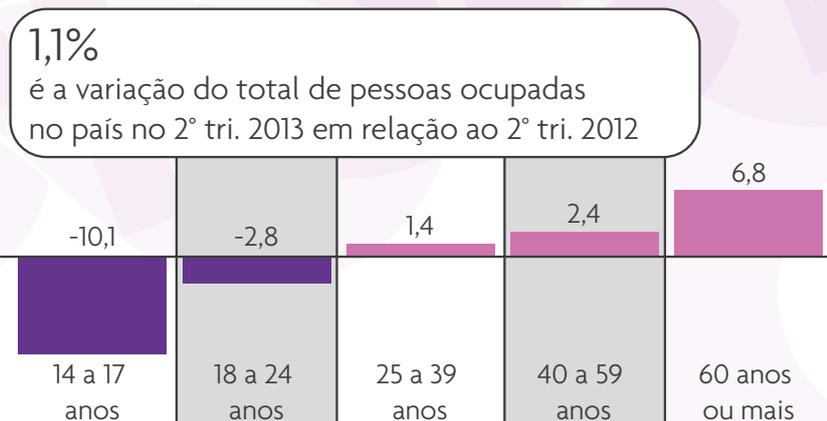
A Constituição Brasileira e as leis infraconstitucionais garantem proteção aos idosos, assentando base jurídico constitucional para as obrigações do Estado e da família, que também se estendem aos idosos, mediante o fundamento do respeito à dignidade humana, da cidadania, da autonomia e integração social, do bem-estar e do direito à vida. Ocorre, porém, que os marcos normativos legais, com os avanços que significam, ainda são insuficientes, é preciso avançar mais para que os idosos

possam ser plenamente incluídos na vida da Nação, assumindo e participando dos espaços que lhe são pertinentes, de maneira autônoma e cidadã.

A melhoria da qualidade de vida dos idosos, cuja expectativa de vida se ampliou para 75 anos em 2013 e poderá chegar a 81 anos em 2060 - com as mulheres vivendo, em média, 84,4 anos, e os

### Hora de trabalhar

Variação do total de pessoas ocupadas entre o 2º tri. 2012 e o mesmo período de 2013, em %



Taxa de desemprego por faixa etária, no segundo trimestre de 2013, em %



Fonte: IBGE



homens 78,03 anos -, e a queda na taxa de fecundidade dos últimos 50 anos, que passou de 6,2 filhos nos anos 1960 para uma taxa em torno de 1,77 em 2013, refletem positivamente na inserção do idoso no mercado de trabalho. Programas de proteção, o Estatuto do Idoso de 2003, a garantia de renda para todo idoso que esteja na linha de pobreza são medidas justas que contribuem para a dignidade humana da população idosa. Mas, é preciso apontar o olhar para mais distante e, como fizeram os países desenvolvidos, assegurar no Brasil as bases necessárias e imprescindíveis que possam assegurar aos idosos condições dignas de vida e de trabalho.

Neste sentido, a CNTI, por meio da sua Secretaria de Assuntos da Mulher, do Idoso e da Juventude, desenvolve ações permanentes para a atenção, inserção e respeito aos idosos industriários, buscando integrá-los nas atividades sindicais por meio

A EXPECTATIVA DE VIDA SE AMPLIOU PARA 75 ANOS EM 2013 E PODERÁ CHEGAR A 81 ANOS EM 2060 - COM AS MULHERES VIVENDO, EM MÉDIA, 84,4 ANOS, E OS HOMENS 78,03 ANOS.

de congressos, oficinas e demais eventos. A secretária Sônia Zerino salienta que “os idosos têm contribuições importantes para as atividades sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras na indústria; pela experiência e conhecimentos que adquiriram, são companheiros e companheiras cuja participação sempre acrescenta valores e informações necessárias à nossa luta.”

“Portanto, o nosso trabalho com os idosos industriários do Plano da CNTI se insere no âmbito das reivindicações gerais em favor dos demais idosos que ainda são agentes e sujeitos atuantes na conformação de um país menos desigual, mais inclusivo e com justiça social. Muitos avanços foram conquistados, mas ainda é preciso estabelecer patamares civilizatórios mais elevados de respeito ao idoso, para que se afastem a discriminação, a exclusão e que se garantam instrumentos de atenção básica para a efetiva dignidade humana da pessoa idosa”, concluiu Sônia Zerino.



# HOMENAGEM



Durante o 2º Encontro das Mulheres e Jovens Trabalhadores na Indústria de Calçado e Vestuário do Cariri, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Ceará e a 1ª Secretaria da Região Nordeste, prestaram homenagem à senhora Sônia Zerino, diretora da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude, pelos dez anos de trabalho incansável na luta pela defesa das mulheres, dos jovens e dos idosos do plano da CNTI, com incentivo sempre constante aos muitos direitos que ainda precisam ser conquistados.

“Sinto-me feliz e profundamente grata pelo reconhecimento deste trabalho, que é fruto da integração de todos os diretores, funcionários, trabalhadores e dirigentes sindicais do nosso plano e principalmente ao nosso presidente, senhor José Calixto Ramos, em que juntos temos lutado por uma sociedade mais justa e igualitária, especialmente nas questões de gênero e raça, repudiando qualquer tipo de violação de direitos”, destacou Sônia.



# ESTADOS TRABALHADOS

AL



AM



CE



BA



AP



ES



DF



MT



MA



MG



PA



PI



PE



PR



PB



RJ



RN



SC



SE



RS



SP





# CAMPANHAS CNTI



**CNTI** CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

**DIA 25 DE NOVEMBRO DIA INTERNACIONAL DE LUTA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Vamos unir esforços para combater a Violência Doméstica e no Trabalho

"Autonomia não existe sem respeito"



SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DO IDOSO E DA JUVENTUDE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA **CNTI**

*Mulher*

Direito a: Afeto e Respeito

**25 DE NOVEMBRO**  
**DIA INTERNACIONAL DA NÃO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**



**CNTI** CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA Filada 4 

**Outubro Rosa**

Mulher que se toca, se cuida!

Tire um dia de folga por ano para fazer seu exame de prevenção ao câncer de mama.



Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude

**CNTI** CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

**Pelo o fim da Violência: DENUNCIE !**

O ligue 180 é um instrumento imprescindível para implementação da Lei Maria da Penha e Políticas Públicas de enfrentamento à violência. Pensando nos casos de violência contra as mulheres brasileiras, que vivem em outros países o ligue 180 expandiu sua cobertura para Espanha, Itália e Portugal.

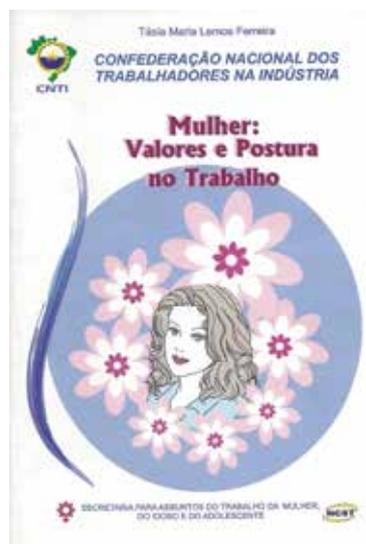
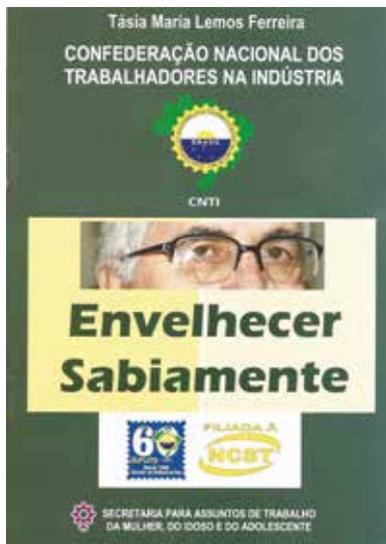
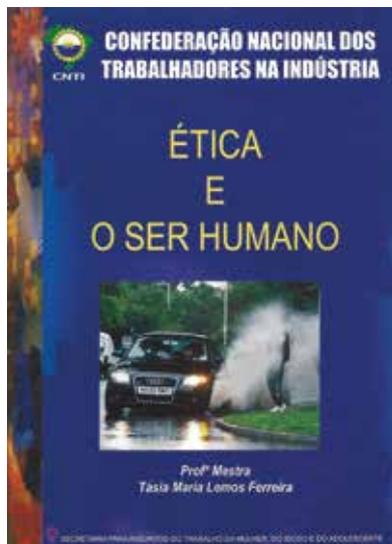
Telefone: 080 080 0800 | Site: 180.gov.br  
Página: 080 080 0800 | e-mail: 180@180.gov.br  
Map: 080 080 0800

**25 DE NOVEMBRO** **DIA INTERNACIONAL DA NÃO VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

2012



# CARTILHAS CNTI





CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

CNTI

**Assédio Moral no Trabalho**

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE TRABALHO DA MULHER, DO IDOSO E DO ADOLESCENTE

NCST

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

CNTI

**A JUVENTUDE E A CULTURA**

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Tásia Maria Lemos Ferreira

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE TRABALHO DA MULHER, DO IDOSO E DO ADOLESCENTE

Tásia Maria Lemos Ferreira

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

CNTI

**O PAPEL DA MULHER NA FAMÍLIA**

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE TRABALHO DA MULHER, DO IDOSO E DO ADOLESCENTE

60

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

CNTI

**ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

LEI Nº 8.069 de 13 de Julho de 1990

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE TRABALHO DA MULHER, DO IDOSO E DO ADOLESCENTE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

CNTI

**Quebre o Silêncio!**

2006

**25 DE NOVEMBRO: Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher**

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE TRABALHO DA MULHER, DO IDOSO E DO ADOLESCENTE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

CNTI

**BOLETIM ESPECIAL** Março de 2011

SUBSEÇÃO DO DIEESE

*Mulher e Trabalho*

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE TRABALHO DA MULHER, DO IDOSO E DO ADOLESCENTE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

CNTI

**...vamos vivê-la como TUDO QUE SE QUER ?**

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Tásia Maria Lemos Ferreira

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE TRABALHO DA MULHER, DO IDOSO E DO ADOLESCENTE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

CNTI

**25 de novembro Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher**

**Perca o Medo! Denuncie!**

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE TRABALHO DA MULHER, DO IDOSO E DO ADOLESCENTE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

CNTI

**Valorização do Indivíduo**

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Tásia Maria Lemos Ferreira

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE TRABALHO DA MULHER, DO IDOSO E DO ADOLESCENTE

Não à Discriminação  
**Racial**  
BASTA DE PRECONCEITO

